

As Feiras Livres em Belém (PA): Possibilidades e Perspectivas de (Re)Apropriação do Território na/da Cidade.

Jorge França da Silva Medeiros¹
Universidade Federal do Pará.
francageo@bol.com.br

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo fazer uma reflexão a respeito das feiras livres em Belém (PA), trazendo à tona o debate sobre a importância que esses espaços (feiras livres) assumem na atualidade, diante de uma cidade cada vez mais competitiva e fragmentada, do ponto de vista do uso do território. Nessa perspectiva, o território, é analisado como suporte essencial à busca pela manutenção das estratégias de reprodução das relações sociais que, no caso dos feirantes, serão executadas a partir da existência e funcionamento das feiras livres. As feiras livres, pois, entendidas como espaços de apropriação coletiva podem significar o *lócus* de afirmação de diferentes territorialidades que concorrem na produção do espaço urbano belenense. O trabalho divide-se em três momentos, sendo que no primeiro procura-se fazer um resgate histórico do processo de formação das feiras livres em Belém, como forma de proporcionar maior embasamento a argumentação. No segundo tópico, tem-se uma breve discussão sobre o conceito de território e sua ressonância nos espaços de feiras em Belém. Finalmente, no terceiro momento, demonstra-se de que forma ocorre a produção do território dos feirantes, bem como a manifestação de suas territorialidades e as possíveis repercussões provocadas pela intervenção pública municipal à feira da Rua 25 de setembro.

PALAVRAS-CHAVE: Feiras livres, feirante, território, territorialidade, cidade e trabalho.

RESUMEN

El presente artículo tiene como objetivo hacer una reflexión sobre las ferias libres en Belém (PA), trayendo el debate sobre la importancia que esos espacios asumen (ferias libres) en la actualidad, delante de una ciudad cada vez más competitiva y fragmentada, del punto de vista de lo uso del territorio. En esa perspectiva, el territorio, es analizado como soporte esencial en la busca por la mantención de las estrategias del reproducción de las relaciones sociales que, en lo caso de los feriantes, serán executadas delante de la existencia y funcionamiento de las ferias libres. Las ferias libres, pues, entendidas como espacios del apropiación colectiva pueden significar el *lócus* del afirmación del diferentes territorialidades que ayudan en la producción del espacio urbano belenense. El trabajo dividise en três momentos, sendo que en el primer procurase hacer un resgate histórico del processo de formación de las ferias libres en Belém, como forma de proporcionar más embasamento a la pesquisa. En el según tópico procurase hacer una breve discusión sobre el concepto de territorio y su resonancia en los espacios de ferias en Belém. Finalmente, en el tercer capítulo, demonstrase de que forma ocore la producción del territorio de los feriantes, bem como la manifestación de sus territorialidades y las posibles repercuciones provocadas por la intervención pública municipal a la feria de la calle 25 de septiembre.

PALABRAS CLAVE: Ferias libres, feriante, territorio, territorialidad, ciudad e trabajo.

¹ Geógrafo. Especialista em Desenvolvimento de Áreas Amazônicas – NAEA/UFPA. Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO/UFPA). Professor de Geografia da Secretária Executiva de Educação do Estado do Pará (SEDUC) e da rede particular de ensino em Belém/PA.

INTRODUÇÃO

Nos últimos decênios, os trabalhos acadêmicos referentes ao espaço urbano ganharam bastante destaque (CORRÊA, 1995; TRINDADE JR., 1998; SENA, 2002). Por um lado, pela insistência em abordar questões de extrema importância para o conjunto da sociedade, como a questão da expansão urbana, da moradia, do processo de segregação espacial e, também, pela importância em manter o mínimo de qualidade de vida nas grandes cidades, valorizando as questões de cunho socioambiental.

De outro lado, e mais recentemente, as questões envolvendo temas de natureza política, como a participação de movimentos sociais, a cidadania ou mesmo a apropriação e valorização de espaços dentro das cidades permitiram, a partir de seu desenvolvimento, um avanço teórico-metodológico capaz de subsidiar o amplo e diversificado campo de investigação que o espaço urbano apresenta.

Dessa maneira, o presente artigo busca estabelecer uma reflexão acerca das possibilidades e perspectivas que os diferentes atores sociais (re)conhecem como fundamentais na vida urbana. Nesse caso, o território parece ser o elemento central de análise, uma vez que as práticas sociais tendem a projetar sobre o espaço (urbano) relações de poder, capazes de redefinir possíveis usos do território.

Como referência empírica, toma-se como ponto de partida as feiras livres em Belém², entendidas como espaços de apropriação coletiva, cujo significado transcende os aspectos econômicos reconhecidamente importantes para a vida na cidade. As feiras livres na capital paraense, em sua grande parte, apresentam elementos passíveis de uma leitura geográfica e que, por conseguinte, podem ser compreendidas como *espaços apropriados*, por um determinado grupo social (feirante) que busca sua afirmação no contexto de produção do espaço urbano.

Inicialmente, busca-se fazer uma leitura da formação das feiras livres em Belém, enfatizando possíveis diferenciações socioespaciais, sobretudo no que

² Não serão analisadas todas as feiras livres existentes em Belém, devido o excessivo número de feiras existentes na cidade.

diz respeito à localização de tais feiras, no contexto geográfico da cidade. Segue-se, posteriormente, o debate sobre a importância que as feiras livres em Belém assumem no presente momento, levando em consideração o seu papel estratégico e, portanto, geopolítico, para o fortalecimento das territorialidades ali existentes.

Por fim, procura-se abordar possíveis implicações trazidas pelas políticas de padronização das feiras livres em Belém (toma-se como exemplo a feira da Rua 25 de setembro, localizada no Bairro de São Brás), realizadas pela Gestão Municipal como forma de introduzir novos elementos de gestão do território.

A FORMAÇÃO DAS FEIRAS LIVRES EM BELÉM (PA)

As feiras livres em Belém do Pará têm uma dinâmica de formação e funcionamento bastante diferente das feiras espalhadas pelas demais regiões brasileiras. A formação histórica, o sistema de funcionamento, a forma de ocupação espacial, bem como a localização geográfica, são elementos que fazem das feiras livres belenenses verdadeiros espaços diferenciados, tipicamente, locais e únicos.

Tais elementos justificaram, também, a importância que esses espaços passaram a configurar, a partir da segunda metade do século XIX na vida urbana belenense. Naquele momento, a prosperidade econômica trazida pela economia da borracha na Amazônia culminou na estruturação dos espaços intra-urbanos das principais cidades amazônicas à época – Belém e Manaus.

As primeiras feiras livres de Belém irão surgir no contexto histórico e social da exploração econômica da borracha na Amazônia. Isto se deu em função da maior necessidade de abastecimento à cidade, acompanhando o intenso ritmo do crescimento demográfico na capital. A expansão do tecido urbano para além dos limites dos bairros da campina e da cidade³ proporcionou o alargamento das relações de troca para outros locais da cidade que não necessariamente tivessem vinculados à dinâmica do porto.

O abastecimento era motivo de preocupação das autoridades, uma vez que os padrões de qualidade dos gêneros consumidos pela maioria da

³ Durante o período colonial, esses eram os principais bairros existentes na cidade de Belém do Pará.

população prescindiam a qualquer fiscalização municipal. Nesse período, o naturalista inglês Alfred Russel Wallace descreveu tal situação, afirmando que:

A carne da vaca constitui o principal alimento. As reses procedem das fazendas de criação, são trazidas alguns dias de viagem rio acima, de onde são trazidas em canoas. Durante a viagem, recusam alimento e perdem a maior parte da gordura, chegando ao seu destino em deploráveis condições. São abatidas logo, no dia seguinte, para o consumo diário, e são abertas a machado e a cutelo, sem nenhuma observância dos preceitos de higiene, deixando-se o sangue correr sobre a carne.

Diariamente, cerca de seis horas da manhã, vêm-se numerosas carroças seguindo em diferentes direções pela cidade, para fazer a distribuição da carne aos açougues(...)

Algumas vezes têm-se peixe, porém é um alimento muito caro. A carne de porco só aparece aos sábados. O pão é feito de farinha de trigo, importado dos Estados Unidos. A população branca da cidade geralmente faz uso de manteiga, irlandesa ou americana, e outros produtos importados do estrangeiro. (CRUZ, 1973: 43,44)

A citação acima é de grande valia na interpretação aqui privilegiada. Anteriores ao surgimento dos espaços de feiras livres existiam os comerciantes ambulantes que se ocupavam com a distribuição dos gêneros alimentícios para os lugares mais afastados da cidade. O desenvolvimento desse tipo de comércio foi de fundamental importância para o estabelecimento dos primeiros pontos comerciais localizados fora do eixo fluvial. O surgimento e a permanência das feiras livres em Belém correspondem a uma necessidade de abastecimento à população.

Desse modo, as feiras irão surgir em pontos estratégicos da cidade, obedecendo à lógica e o movimento de estruturação da cidade. Primeiro, tem-se a feira localizada à *margem do rio*. No ponto aonde, na atualidade, localiza-se um dos principais cartões postais da cidade – o Ver-o-Peso –, funciona a principal feira livre da capital. Sua formação e estruturação como um espaço de apropriação coletiva deriva da própria condição geopolítica desempenhada pela cidade ao longo do período colonial e também no período da borracha, nos quais o rio se estabelecia como o caminho principal das transações comerciais entre as cidades amazônicas e as demais regiões do planeta.

Naqueles momentos, a vida urbana atrelava-se diretamente aos fluxos (matérias e imateriais) procedentes do rio. Os produtos comercializados e consumidos em Belém, principalmente pela “população branca” da cidade chegavam pela via fluvial. As primeiras feiras livres de Belém acompanharão essa dinâmica.

Num segundo momento, tem-se o desenvolvimento e a formação de mercados particulares que mais tarde cedem espaço ao surgimento das feiras livres nas vias públicas da cidade. Em um de seus relatórios, o Intendente Municipal (Antônio Lemos), justifica a necessidade e a importância dos pequenos mercados para o abastecimento de parte da cidade.

Sempre tenho affirmado nestes volumes a minha opinião de que os grandes Mercados não devem excluir os pequenos e de que, quanto maior fôr o numero destes disseminados pela cidade e pelos suburbios, sobretudo nos pontos mais afastados, melhor servida será a população, com a especialidade a população pobre. Assim pensando, não me poupo em continuar a encorajar os proprietários desses pequenos mercados, hoje felizmente em numero apreciavel. Por vezes mesmo chego a visitá-los, manifestando a minha satisfação pelo bom estado hygienico em que os encontro e verificando a efficacia da fiscalização nelles exercida pelos agentes da municipalidade.

Constantemente abastecidos de excellentes generos, de primeira qualidade, esses uteis estabelecimentos conservam, todavia, os preços correntes dos seus congeneres que negociam em grande escala, offerecendo desse modo todas as facilidades aos consumidores. (LEMOS, 1908:155)

Como se percebe, ainda no início do século XX, Antônio Lemos, Intendente do Município de Belém, mantinha a preocupação com a questão do abastecimento na cidade, incentivando o surgimento de mercados particulares, os quais funcionavam como disseminadores dos gêneros alimentícios, sobretudo regionais, como forma de permitir o acesso das camadas mais pobres da população a esses produtos.

Com o passar do tempo, alguns destes estabelecimentos comerciais passaram a ganhar destaque, devido o aumento do número de produtos comercializados e a grande procura por parte da população. Nas áreas de expansão da cidade – que naquele momento correspondiam às áreas do atual bairro de São Brás e do Marco – esse tipo de mercado ganhava fôlego. Primeiro, pela existência da ferrovia Belém-Bragança⁴ e posteriormente pela rápida ocupação dos terrenos urbanos nesses pontos da cidade.

Essas modificações na estrutura urbana belenense culminaram no fortalecimento das atividades comerciais, sobretudo aquelas ligadas aos produtos regionais. Daí porque afirmar que as feiras livres localizadas nas vias

⁴ Ferrovia construída no início do século XX que tinha a função de interligar a cidade de Belém com a região nordeste do Estado do Pará.

públicas (ruas) da cidade acompanharam o recente processo de estruturação urbana que tem ocorrido em Belém, nos últimos cinquenta anos.

A rápida expansão, sobretudo na segunda metade do século XX, do número de feiras livres, deriva do rápido e intenso processo de crescimento urbano na capital paraense. Na atualidade, a cidade de Belém conta com quarenta e uma feiras livres (SECON, 2007), sendo que deste total, cinco localizam-se à margem do rio e as demais espalhadas às vias públicas pelos diferentes bairros da cidade.

A localização desses espaços é um fator de muita relevância, uma vez que a dinâmica de funcionamento tende a se diferenciar conforme a posição que tais feiras ocupam, no sítio urbano. Dessa forma, pode-se afirmar que as feiras livres dispostas à margem do rio compartilham processos e estratégias socioespaciais assimétricas em relação às feiras dispostas às vias públicas da cidade.

A QUESTÃO DO TERRITÓRIO E AS FEIRAS LIVRES EM BELÉM (PA)

Muito se tem discutido a respeito da manifestação dos territórios urbanos, nas últimas décadas. Antes que se faça uma leitura desse processo, é necessário que se reflita sobre as condições de (re)produção da economia e da sociedade que se materializam às cidades, em especial na capital paraense.

Nos últimos decênios, as cidades da era moderna têm apresentado uma dinâmica bastante complexa. A criação de uma nova urbanidade (CARLOS, 1997) passa a se confundir com um tempo mais rápido, em que as transformações na maneira de se relacionar e produzir no espaço parecem ser uma condição peculiar da cidade. Isto tem interferido na própria imagem que a cidade moderna, do final do século XX e início do século XXI, passa a espelhar.

Cabe ressaltar, que não se trata apenas da forma urbana, mas também da produção de novas representações do urbano. Desse modo, há uma extrema valorização do social, do grupo, do coletivo.

A participação dos diferentes grupos sociais na produção do espaço urbano é uma inegável evidência de que a grande cidade, cada vez mais, é um *espaço de possibilidades*. Isto é, as ações representativas do cotidiano de um grupo social manifestam-se mediante um *jogo de forças* travado entre os outros

representantes da coletividade urbana. Desse modo, as possibilidades podem significar a manifestação de diferentes *territorialidades*.

Tendo em vista a enorme demanda de reivindicações colocadas pelos diferentes grupos sociais urbanos, a cidade moderna se apresenta também como um *campo de forças*, no qual diferentes interesses passam a lutar, simultaneamente, pelo direito à cidade. De fato, a grande cidade não pode ser entendida como um espaço homogêneo, só porque se difere do campo. Uma visão mais acurada dessas duas realidades, ou melhor, desses dois espaços, refletirá a complexidade de relações materiais e imateriais que os cercam.

As grandes transformações ocorridas nas grandes cidades nas últimas décadas acabaram reforçando a idéia de cidade-mercadoria (SANCHEZ, 1997), suprimindo, muita das vezes, a memória e os símbolos construídos ao longo do tempo, em várias cidades brasileiras e em especial nas amazônicas (como no caso de Belém).

Trazendo a disseminação da idéia de “modernidade”, as novas formas espaciais urbanas passam a copiar estilos arquitetônicos disformes das características locais, seguindo a idéia de padronização dos espaços urbanos. Nessa perspectiva, novas relações com esses espaços são produzidas proporcionando (ou não) a participação dos diferentes grupos sociais na produção do espaço urbano.

Quando se afirma que a cidade é, por excelência um espaço de possibilidades, pensa-se também na condição múltipla de realizações que a caracteriza nesse limiar do século XXI.

Isso também reflete a *condição geopolítica* que a cidade moderna desenha nos territórios da cidade, uma vez que as *possibilidades* encontradas nas grandes cidades dependem, em última análise, de estratégias e/ou táticas voltadas para o controle e a apropriação de determinadas frações do sítio urbano. Nesse sentido o *território* emerge como elemento central de reivindicações. Não raro, as práticas sociais que permeiam o ambiente urbano têm, no território, um suporte material e, às vezes, imaterial (no caso de um território simbólico) para reivindicar o direito à cidade.

Pensar a cidade moderna à luz da dinâmica de apropriação de seus territórios pressupõe reconhecer o espaço urbano como um verdadeiro espaço de lutas, segundo Haesbaert (2002) ou como um campo de forças, uma vez

que as disputas por determinados fragmentos do tecido urbano dependem das características peculiares dos atores sociais que vivem no ambiente urbano, bem como de suas experiências de pertencimento à cidade.

A forma, a intensidade e a complexidade com que essas disputas acontecem são inerentes às relações de poder projetadas no espaço pelos diversos agentes produtores do espaço urbano. Na maioria das oportunidades, há um forte apelo pelo sentido político dessas relações de poder travadas em diferentes áreas da cidade moderna. De fato, a partir do momento em que se constata a apropriação de frações do tecido urbano, mediante o estabelecimento de relações de poder, define-se, pois, um território (SOUZA, 1995).

Quando se pensa na realidade belenense, toma-se como ponto de partida a sua própria condição de metrópole⁵, construída ao longo do tempo. Belém é uma cidade que ainda guarda muito de sua história, sobretudo no que diz respeito à produção de riqueza. A economia da cidade pauta-se em grande medida nas atividades ligadas ao comércio e aos serviços de tipos diferentes. Esta condição pressupõe pensar na forma pela qual os diferentes atores sociais lutam pela inclusão à lógica de seu funcionamento, cujo principal componente parece ser a apropriação e a definição de territórios.

E, nesse sentido, a existência das feiras livres na cidade, sobretudo àquelas localizadas na via pública, tendem a reforçar a luta pelo direito à cidade ou de, pelo menos, pequenas frações dela.

Os atores sociais responsáveis pelo funcionamento e manutenção desses espaços, no caso os feirantes, representam uma parcela significativa da população. De um total de 41 feiras livres existentes na cidade, aproximadamente 5.687 feirantes (SECON, 2007) compartilham diariamente, em diferentes pontos da cidade, suas estratégias coletivas à busca pela afirmação de suas intencionalidades, que, por sua vez, só tem sentido quando projetadas no espaço.

O trabalho (informal), diariamente executado por esses atores sociais, expressa um sentido amplo. Além de sua importância econômica como

⁵ Conforme Souza (2003) uma metrópole se forma a partir do crescimento de uma cidade grande, em geral, uma capital, dando início a “produção de uma área de influência econômica, pelo menos regional” (p.33), exercendo um papel de centro de gestão do território.

elemento estruturador das relações de troca que permeiam esses espaços, esse mesmo trabalho pode ser entendido como um ato político, no qual o seu reconhecimento, por parte dos demais atores sociais, fortalece os laços entre o feirante e o seu “território de trabalho”.

Saquet (2007) em sua profunda pesquisa sobre o conceito de território e suas múltiplas formas de manifestações no âmbito do tecido socioespacial traz a tona os escritos de Jean Gottmann, para o qual

se o território é um *compartimento* do espaço como fruto de sua diversificação e organização, ele tem duas *funções* principais: a) servir de abrigo, como forma de segurança e, b) servir como um *trampolim* para oportunidades. Segurança e oportunidade requerem uma organização interna do território bem como relações externas, de poder e dominação. Assim, o território assume distintos significados para diferentes sociedades e/ou grupos sociais. (p.27)

A formação de territórios na escala do urbano pressupõe conflito. Isso porque o território é a expressão cabal das relações de poder travadas pelos diferentes atores sociais na produção do espaço urbano. No que tange as feiras livres e os feirantes nelas presentes verifica-se uma forte tendência a apropriação do território, mediante o estabelecimento do controle e do uso do espaço. Nesse sentido, a territorialização cotidiana dos feirantes expressa a idéia de *oportunidade*, ou seja, o território como suporte material que permite a existência e o fortalecimento do grupo social, no contexto de produção do espaço urbano.

As feiras livres, nesse sentido, reforçam a idéia do coletivo, do grupo enquanto organização essencial na consolidação de suas territorialidades. Para tanto, a existência do circuito inferior da economia impregnado nas relações cotidianas de trocas comerciais, (re)afirma o sentido e o significado que esses espaços apresentam na conjuntura metropolitana belenense.

A existência dos feirantes só tem sentido quando as suas relações sociais materializam-se no espaço. Quando tais relações ganham projeção espacial, o território configura-se como elemento intrínseco deste jogo (geopolítico), uma vez que o *público* passa a se confundir com o *coletivo*, pensado a partir das necessidades de um determinado grupo.

A GESTÃO DO TERRITÓRIO E A “FEIRA PADRÃO” DA RUA 25 DE SETEMBRO.

Um dos principais elementos presentes na Feira da Rua 25 de setembro era, sem dúvida, a disposição dos equipamentos de trabalho dos feirantes. Antes da revitalização desse espaço, os equipamentos, de propriedade exclusiva de cada trabalhador da feira, ocupavam o “leito” da rua. Isso significa a apropriação plena do espaço, mediante os interesses de um grupo social.

Na cidade, essas formas de controle e uso do espaço caracterizam-se pela projeção das relações de poder, uma vez que a apropriação carrega um sentido, no qual está inscrito a intencionalidade (política) de sua ação. Nesse momento, emerge o território como produto da relação *sociedade-espaço*, mediado pelo poder. O território só tem sentido quando as relações de poder que o demarca projetam-se espacialmente, cuja função é dominar, controlar e impor normas e regras de conduta, geralmente, comuns a quem o domina.

No caso da Feira da Rua 25 de setembro, a dinâmica imposta pelos feirantes que ali se estabeleceram, ainda nos anos 1970, acabou sendo reproduzida, automaticamente, nos anos seguintes por um grupo maior de trabalhadores informais.

DA RUA À “FEIRA PADRÃO”.

Inicialmente a rua teve um papel fundamental na consolidação das estratégias territoriais dos feirantes. Através dela pôde-se consolidar a instalação das barracas de madeira e a posterior comercialização dos gêneros alimentícios como a farinha, o peixe, os legumes e as frutas. Nas palavras dos feirantes mais antigos da área, notam-se algumas dificuldades encontradas para a longa permanência no local.

Muitos de nós têm muita história pra contar, porque tudo isso aqui que você vê hoje, é fruto do nosso trabalho, da nossa dedicação. Aqui não tinha saneamento, as pessoas não se preocupavam com o ambiente, bastava ver depois que a feira parava, era lixo pra todo lado. Isso foi uma coisa difícil pra nós, sabe mestre! Mas como eu só tinha essa opção de trabalho, tive que ficar (...). Já faz 32 anos que eu trabalho aqui, nessa feira (...). (Entrevista de campo 17/06/08)

Nas palavras acima, fica nítida a preocupação do feirante em ressaltar sua história de vida, que passa a se confundir com a sua *luta* permanente à busca pelo direito à cidade. A sua única opção de trabalho o empurrou para o

circuito inferior da economia e através dele pode consolidar um sentido de apropriação do território, no qual o trabalho informal permitiu a manutenção de sua territorialidade.

Além disso, verifica-se a insalubridade das condições físicas do local. Ora, um espaço de comercialização de gêneros alimentícios jamais poderia funcionar diante de um quadro ambiental negativo. Sabendo dessas condições precárias no local, que fatores favoreceram a permanência dos feirantes nesse local, de condições adversas de trabalho? De acordo com as informações coletadas em campo e a possível interpretação das condições de produção do espaço urbano belenense, pôde-se inferir que quatro fatores tem influenciado na permanência desses atores no local, entre eles:

- a) A localização geográfica da Feira;
- b) A permissão municipal para a exploração da área;
- c) O trabalho informal como meio de sobrevivência na metrópole;
- d) A necessidade de reconhecimento enquanto grupo social organizado na metrópole.

A localização geográfica é, sem dúvida, um fator de extrema importância e que justifica o enraizamento desses trabalhadores na Feira da Rua 25 de setembro. Primeiro, porque está próxima dos principais bairros da cidade como Nazaré, Batista Campos e Marco, contribuindo para o aumento dos volumes de negócio durante o dia. E, segundo, porque há certa facilidade de acesso, tanto para os consumidores quanto para os fornecedores dos gêneros alimentícios que chegam à feira com maior facilidade.

A permissão municipal, também, foi um elemento importante, haja vista que assegurou ao permissionário um espaço, mesmo que precário para o desenvolvimento de seu trabalho diário como feirante, mesmo sendo negado pelas políticas públicas municipais do passado.

Quanto ao trabalho informal não se pode negar sua grande valia à permanência dos feirantes naquele local. É através dele que se costuram os laços entre o território e o feirante, cujo significado aponta para a manifestação de um tipo de territorialidade urbana, intimamente ligada ao funcionamento do circuito inferior da economia à feira livre – a territorialidade dos feirantes.

Esse tipo de territorialidade só é possível quando pensada à luz do processo de formação dos territórios urbanos, pois são eles que reafirmam as

estratégias de controle e uso do local, sendo que tais estratégias ganham sentido a partir do momento em que as territorialidades se manifestam. Como já mencionado, os escritos de Robert Sack (1983) apontam que a territorialidade humana apresenta três características centrais. Seria simultaneamente uma forma de classificação de área, uma forma de controle de acesso e ainda um modo de comunicação.

No caso dos feirantes da Rua 25 de setembro, a execução do trabalho cotidiano teria, simultaneamente, a função de dominar, controlar e exercer a comunicação com o exterior. O território, nessa condição, é instrumento de reafirmação do poder sobre o espaço, no caso, sobre rua.

Por fim, a questão do reconhecimento social seria a última condição também relevante para manter os feirantes naquele local. Ser feirante significa participar da vida urbana e pressupõe o exercício de uma função vital no cotidiano da metrópole, posto que é através das feiras que grande parte dos gêneros alimentícios de origem regional chegam às mesas da população de Belém.

Os dados mais recentes da Ceasa apontam que o volume total de produtos comercializados nas feiras livres de Belém, em 2007 chegou à casa de 210 mil toneladas/ano. Isso demonstra a força que o circuito inferior da economia desempenha na economia local.

No entanto, a carência de investimentos públicos nesses espaços acaba reduzindo, de certa forma, a qualidade das mercadorias e também do atendimento ao público, de modo geral.

Em relação à Feira da Rua 25 de setembro, ainda no ano de 1983, planejavam-se algumas intervenções públicas, como forma de atenuar as adversidades ali presentes. Conforme os documentos oficiais, a feira deveria receber as seguintes intervenções:

1. Recuperar o piso;
2. Padronizar instalações;
3. Instalar água corrente;
4. Zonear a feira por atividades;
5. Remover o lixo diariamente. (SESPA, 1983, p.05)

As estratégias de intervenção recomendadas pelo documento oficial tinham como finalidade o ordenamento da feira livre, bem como recuperar a infra-estrutura local. No entanto, daquilo que estava sendo proposto quase

nada foi realizado tornando as condições de trabalho e sobrevivência mais preocupantes.

Assim como em outros locais de feira, a feira da 25 também recebeu um grande contingente de pessoas que se lançavam na vida de feirante, no final dos anos 1980 e início do anos 1990. A razão pela qual ocorrera o aumento significativo do número de feirante atrelava-se a instabilidade econômica e social do país, com reflexos diretos no mercado de trabalho local.

A rua, nesse caso, foi a saída emergencial encontrada por grande parte dessas pessoas. A feira, como *locus* de grande fluxo de pessoas e de circulação de dinheiro, logo se constituiu num espaço privilegiado, no qual o fortalecimento dos laços de sociabilidades entre os feirantes passou a se constituir numa estratégia de reivindicação.

A rua, na maioria das oportunidades, é o palco no qual são desenvolvidas as atividades diárias do feirante. Essa tem sido a tônica de formação e organização de várias feiras em Belém, sobretudo nos últimos vinte anos. Nesse caso, a rua tem desempenhado uma função crucial sobre os interesses dos feirantes enquanto agentes produtores do espaço. É através de sua apropriação que se configura o sentido de uso, no qual o trabalho informal parece ser o elemento central de sustentação de seus interesses.

A presença marcante do chamado circuito inferior da economia nas feiras livres belenenses (em particular na área de estudo) não apenas ratifica sua importância na configuração econômica local, mas fornece os elementos imprescindíveis à luta pela cidade ou de pelo menos de certas frações dela.

Por isso, SANTOS (1979) é enfático ao afirmar que no *“circuito inferior, a tecnologia é o trabalho intensivo e frequentemente local ou localmente adaptada ou recriada”*. (p.33) Essa parece ser uma condição comum nas feiras de Belém do Pará, em especial na área de estudo aqui privilegiada.

A utilização do trabalho (informal) como principal “ferramenta” disponibilizada pelos feirantes tem um relevante significado para a dinâmica de (re)produção do espaço urbano belenense.

Tal relevância reside no fato de permitir, cada vez mais, a afirmação do circuito inferior da economia no contexto de produção do urbano belenense, uma vez que as feiras livres executam um papel essencial de distribuição e, conseqüentemente, de facilitadoras do consumo de produtos localmente

conhecidos e bastante presente na culinária (frutos exóticos) e no imaginário (ervas medicinais) da população local. Tem-se, pois, simultaneamente, as dimensões econômica e cultural contempladas nesses espaços.

Além disso, pode-se interpretar a execução diária do trabalho (informal) pelos feirantes da Rua 25 de setembro, como uma estratégia territorial consciente, na qual o principal objetivo a ser contemplado é, sem dúvida, a sua territorialização.

Nos últimos anos, o Poder Público Municipal iniciou uma série de projetos, que foram implementados em algumas feiras livres de Belém, cuja finalidade centrou-se na ampliação e modernização desses espaços. Durante bastante tempo, os espaços de feiras livres foram marginalizados pelas políticas públicas, gerando uma série de inquietações tanto para os feirantes quanto para os frequentadores desses espaços.

Em Belém, o primeiro espaço a receber melhorias em sua infra-estrutura foi a feira do Ver-o-Peso, localizada às margens da Baía do Guajará. Na oportunidade, houve uma completa revitalização da feira, com a implantação de novos equipamentos de trabalho, seguindo um estilo de padronização até então pouco habitual em outras áreas da metrópole.

Alguns anos depois, a então feira da Rua 25 de setembro seria o alvo da política de revitalização promovida pelo Poder Público Municipal. A revitalização, seguida pela modernização e padronização do espaço da feira seguiu a mesma orientação de outrora. (ver figuras nas páginas 57, 58)

A política de revitalização executada pelo Poder Público Municipal teve início ainda na administração do Prefeito Edmilson Rodrigues, cujo objetivo era entregar a feira completamente revigorada, antes do término de seu segundo mandato, o que não aconteceu.

A justificativa para a realização deste projeto se deu em função do estado de má conservação da via pública, além de fatores de ordem sanitária. Conforme prevê o Decreto Municipal nº 26.579 de 14 de abril de 1994, em seu Art. 6º

Na elaboração de projetos para a padronização de feiras livres serão observadas, além das normas do processo de comercialização e urbanismo, as relativas à saúde pública, saneamento e limpeza.

Somente após dois anos a primeira parte do projeto foi entregue aos feirantes e a comunidade belenense, de modo geral, durante a gestão de Duciomar Costa. Na visão dos feirantes, o projeto inaugura um novo momento para o local.

Essa nova estrutura, para mim, é nota dez. Antes da reforma, sofriamos muito, porque não chegava freguês na área devido ao ambiente ser muito quente e apertado. Não havia espaço para as pessoas. (O Liberal, Atualidades, em 15/01/06)

A padronização da feira da Rua 25 de setembro não pode ser analisada tão somente pelo aspecto visual do passado e do presente, mas se deve identificar que tipos de interesses (público e privado), (público e coletivo), concorreram (e ainda concorrem) para a instalação de novos e modernos equipamentos, num espaço até então desprezado e de pouco reconhecimento público.

Segundo o relato de jornais da época de “reinauguração” da feira, a obra realizada com recursos públicos da Prefeitura Municipal recuperava os anos de atraso desse espaço.

Os feirantes que ocupavam a rua para vender os produtos sem condições de higiene, passarão a trabalhar na nova estrutura da feira, em 332 boxes padronizados. A feira também adotará o sistema de auto-gestão, com suporte inicial da prefeitura. Todos os feirantes foram qualificados e receberão os certificados por ocasião da inauguração da obra. (O Liberal, atualidades, 12/01/06. p. 20)

A questão torna-se complexa devido à presença de outros elementos, que marcam uma nova sociabilidade, na vida daquelas pessoas. Padronização pressupõe delimitar regras de conduta e comportamento, a fim de garantir o direito de cada cidadão na sociedade. No caso da feira da Rua 25 de setembro, a padronização acarretou na melhoria das condições de comercialização e urbanismo do local, mas, por outro lado, implementou novas formas de gestão do território, nas quais os atores sociais (feirantes) passam a ser reconhecidos como os responsáveis pela manutenção dos serviços básicos necessários à feira. Em outras palavras, o Estado repassa o controle das feiras às mãos de seus protagonistas – os feirantes.

Esta nova forma de gerir os espaços públicos, sobretudo os espaços de apropriação coletiva, como no caso das feiras livres, torna-se, ao mesmo tempo, condição e meio de reafirmação, do Estado, por um lado, enquanto

promotor do bem comum e, de outro, de afirmação dos grupos sociais considerados excluídos e/ou marginalizados, diante da competitividade da vida urbana.

No entanto, o novo pode significar a quebra do tradicional. As feiras livres em Belém caracterizam-se por apresentar, em diferentes níveis, a simbiose entre o moderno e o tradicional, sendo o segundo mais enraizado. A comercialização de produtos regionais e locais, as práticas de sociabilidade, os ingredientes da culinária local, os hábitos e costumes regionais são tidos como os elementos de diferenciação das feiras com outros espaços de comercialização da cidade. Com as recentes políticas públicas voltadas a padronização dos espaços de feiras livres em Belém, o tradicional passa a coexistir com o moderno, de modo a reforçar o surgimento de novas práticas cotidianas, o que pressupõe ou não a manutenção das experiências simbólico-culturais, político-econômicas nesses lugares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos últimos anos, a metrópole paraense sofreu uma série de metamorfoses na sua estrutura espacial. A expansão da metrópole acompanhando a dinâmica dos assentamentos habitacionais, conforme Trindade Jr. (1998), rumo às áreas mais afastadas do centro, configura-se como um dos processos mais expressivos da atualidade.

Esta questão tem íntima relação com o aumento significativo do número de feiras livres às vias públicas da cidade. A necessidade de abastecimento das áreas mais distantes da zona central da cidade é um fator essencial para explicar tal situação. No entanto, a visão econômica, não é suficiente para explicar a complexidade que está camuflada na dinâmica de funcionamento das feiras livres localizadas às vias públicas da cidade.

A presença desses “espaços de apropriação coletiva” evidencia muito mais que necessidades alimentícias de parte significativa da população urbana. Nestes espaços, estão introjetados modos de vida, que (dialeticamente) se contrapõem (e reforçam, em algumas ocasiões) a lógica de estruturação metropolitana. Estes, por sua vez, funcionam como resistência a

uma temporalidade que se quer dominante. A cultura, a dimensão do vivido fragmenta-se e, ao mesmo tempo, ganha força no momento em que tais espaços tendem a valorizar tradições e costumes singulares do local/regional.

As feiras livres instaladas às vias públicas municipais acabam por reproduzir estratégias de controle do território, cujo feirante, organizado em forma de grupo social, automaticamente, passa a fazer parte do processo de (re)produção do espaço urbano, uma vez que fragmentos do *território da cidade* são apropriados e organizados a partir de uma lógica territorial “espontânea”.

Nesse sentido, esses espaços, cada vez mais comuns na metrópole, carregam um viés geopolítico de bastante expressão. Haja vista que esse jogo de poder travado entre feirantes e o Poder Público Municipal, como instituição executiva capaz de regulamentar o uso do espaço público, parece favorecer aos primeiros.

A feira livre em Belém, em especial a feira da Rua 25 de setembro, tem uma função extremamente importante para a coletividade urbana. Sua importância deriva da sua própria natureza, ou seja, um espaço no qual as condições de reprodução da vida social atrelam-se a questão econômica e, sobretudo a questão geopolítica.

A dimensão geopolítica, desse espaço não tem tido atenção especial por parte dos pesquisadores da dinâmica urbana e reconhecer a feira como um espaço em que estão introjetados múltiplos interesses, reforça a idéia de que a metrópole configura-se como um verdadeiro *campo de forças*, onde as práticas sociais tendem a revelar sua verdadeira intencionalidade, quando projetadas espacialmente.

A produção do espaço urbano é marcada pelo conflito. Conflito entre atores, idéias e projetos de cidade, nos quais a dimensão do poder parece ser abstrata, porém com grandes repercussões na organização do espaço.

O que faz uma cidade diferente da outra não é só a sua capacidade arquitetônica que ficou para trás após o modernismo unificador em avançada crise, mas os símbolos que os seus próprios habitantes constroem para representá-la. E os símbolos mudam como mudam as fantasias que uma coletividade elabora para fazer sua a urbanização de uma cidade. (SILVA, 2001, p 25)

A assertiva acima ratifica a idéia de que não há cidade sem a participação dos habitantes que nela produzem, vivem e se afirmam na

coletividade. Os símbolos retratados pela cidade, nada mais são do que a projeção do poder no espaço, tido como palco das relações sociais que o anima.

Pensar na produção do espaço urbano levando em consideração esses elementos significa reconhecer a condição geopolítica existente em sua própria natureza. Além disso, abre oportunidade para se pensar um novo projeto de cidade, no qual as formas urbanas ditas “modernas” deixem de ser prioridade em detrimento dos protagonistas da vida urbana – os diferentes atores sociais.

O fato é que, quando são pensadas propostas urbanísticas de grande importância à cidade, somente uma pequena parcela da população desfruta das condições produzidas por tais propostas. Os espaços tendem a se tornar, cada vez mais seletivos e competitivos, em detrimento do coletivo.

A grande questão é saber até que ponto os símbolos da modernidade urbana são capazes estimular novos olhares à cidade. Em se tratando de feira livre, a cidade de Belém pode ser entendida como um lugar único, singular. As feiras funcionam como símbolos da resistência popular, face às grandes redes de hipermercados espalhados na cidade.

Quando pensadas no contexto de (re)produção do espaço urbano, as feiras livres presentes em inúmeras vias da metrópole passam a expressar verdadeiros espaços, nos quais a “solidariedade orgânica” se contrapõe a “solidariedade organizacional” que sustenta grande parte das estratégias direcionadas ao planejamento urbano de Belém.

Dessa forma, o planejamento urbano futuro deve ser capaz de atenuar esses conflitos que se estabelecem no seio da metrópole. Como já afirmado, as feiras livres funcionam para além de sua dimensão econômica e as políticas públicas direcionadas ao ordenamento territorial desses espaços devem considerar outras dimensões, já que antes de se projetar novas formas espaciais carregadas de intencionalidades, devem-se priorizar as múltiplas vivências que fazem desses espaços, verdadeiros “espaços de lutas”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, M. M. "O Trabalho na Cidade." In: **Dilemas Urbanos: novas abordagens sobre a cidade.** CARLOS, A. F.; LEMOS, A. I. G. (org.). São Paulo: Contexto, 2003.
- BELÉM. Decreto nº 26.579/94. Dispõe sobre o funcionamento de Feiras Livres no Município de Belém e dá outras providências.
- BELÉM. Secretaria Municipal de Economia. *Situação de Ocupação nas feiras Municipais de Belém.* 2007.
- CLAVAL, P. "O Território na Transição da Pós-Modernidade." **GEOgraphia.** ano 1, nº 2, p. 07-26, 1999.
- CORRÊA, R. L. **O Espaço Urbano.** 3ª ed. São Paulo: Ática (Série Princípios). 1995.
- CARLOS, A. F. A. A Construção de uma "nova urbanidade". In: **A cidade e o Urbano: Temas para debates.** SILVA, José Borzacchiello da. et.al. (orgs.). Fortaleza: EUFC, 1997. p. 199-212.
- CRUZ, E. **História de Belém.** Belém. UFPA, 1973, v2.
- HAESBAERT, R. **Territórios Alternativos.** Niterói: EDUFF. 2002.
- JÚNIOR, C. T. de C. "A Diferença como Alternativa para Administrar os Conflitos nas Cidades." **Geografares.** Vitória, v.1, nº 1, jun. 2000. p 21-27.
- LEFEBVRE, H. **O Direito à Cidade.** Tradução; Rubens Eduardo Frias. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2001.
- LEMOS, A. J. de. **O Município de Belém.** Relatório Municipal. Belém, 1908.
- O Liberal. *Caderno Atualidades*, em 12/01/06. p. 20.
- O Liberal. *Caderno Atualidades*, em 15/01/06, p. 02.
- PARÁ. Secretária de Estado e Saúde Pública. *Estudo Sobre Feiras e Mercados da Área Metropolitana de Belém.* 1983.
- SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território.** São Paulo. Expressão Popular, 2007.
- SANCHEZ, F. **Cidade Espetáculo: política, planejamento e city marketing.** Curitiba: Palavra, 1997.
- SANTOS, M. **O Espaço Dividido: Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos.** Tradução: Myrna T. Rego Viana. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.
- _____. **A Urbanização Brasileira.** 2ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1994.
- SENA, A. L. **Trabalho Informal nas Ruas e Praças de Belém.** Belém: NAEA, 2002.
- SILVA, A. **Imaginários Urbanos.** São Paulo: Perspectiva, 2001.

SOUZA, M. J. L. de. "O Território. Sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento." *In*: CASTRO, I.E. *et al.* (orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 77-116, 1995.

TRINDADE JR. S. C. da. "Agentes, redes e territorialidades urbanas." **Revista Território**, Nº 5 – Jul/ Dez. LAGET/UFRJ, p. 31-50,1998.

_____. "A Natureza da Urbanização na Amazônia e sua Expressão Metropolitana." **Geografares**. Vitória, v.1, nº 1, jun. 2000. p 117-129.

VALVERDE, R. R. H. F. "Transformações no Conceito de Território: Competição e Mobilidade na Cidade." **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, Nº 15, p. 115-126, 2004.